

GT32: Diálogos entre Antropologia e Educação: Perspectivas sobre a Formação de Professores em debate.

Sandra Pereira Tosta, Tatiana Cipiniuk

Desde o século passado, a educação latino-americana vive intenso conflito: por um lado, sistemas nacionais educacionais cresceram e ampliaram sua cobertura, incluindo parcelas da população historicamente sem acesso às instituições escolares; por outro, sistemas intensificaram sua tendência à discriminação, reproduzindo persistentes formas de segregação que marcaram seu desenvolvimento. Dentre os desafios, destacamos a existência de dilemas de natureza filosófica, teórica e metodológica nas políticas educacionais, sobretudo naquelas voltadas para a formação e o trabalho docente em realidades estruturadas pelas mais diversas alteridades. A proposta deste GT objetiva acolher e debater pesquisas comparadas e /ou etnográficas, preferencialmente, que abordem como a interface Antropologia e Educação se constituem nos diálogos de conhecimentos interdisciplinares presentes em projetos políticos/ pedagógicos de formação de professores para a educação básica. Algumas indagações nos parecem importantes para este debate: a compreensão teórico-metodológica da cultura está presente nessa formação? Como isto se evidencia? Que referências embasam essa conversa? Intuímos que tais estudos possam servir de solo empírico e teórico para ampliar a interpretação sobre os processos de educação escolar e contribuir para a qualificação do trabalho dos professores, além de trazer elementos que aprofundem a sensibilidade pedagógica da antropologia e o campo educacional.

A Antropologia e a formação de professores/as indígenas em Pernambuco

Autoria: MARIA DA PENHA DA SILVA, Vânia Fialho

O presente trabalho tem como objetivo situar a contribuição da Antropologia para a formação de professores/as indígenas como parte de um cenário mais amplo que inclui os debates sobre os processos de escolarização dos povos indígenas no Brasil. Nesse movimento constatou-se a existência de ampla produção acadêmica a respeito do diálogo entre os campos da Antropologia e da Educação a partir da década de 1990. A educação dos povos indígenas como preocupação da antropologia brasileira teve início em estudos publicados no meado do século XX. Naquele período, o olhar antropológico voltado para essa parte da população brasileira procurava compreender "a cultura", e suas normas e formas de organizações, incluindo a educação das crianças e jovens. Nesse mesmo período registrava-se a publicação de um trabalho etnológico sobre aspectos da escolarização do povo Fulni-ô, habitantes no interior de Pernambuco. Foi na década de 1970 que os debates acerca da educação formal para os povos indígenas se avolumaram, sobretudo no que se refere à crítica à atuação de instituições missionárias evangélicas. Tais debates corroboraram a garantia do direito a uma educação escolar específica e diferenciada perante a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Nesse sentido, antropólogos/as atuaram diretamente na formulação e implementação de políticas públicas para a formação de professores/as indígenas, dentre essas está o PROLIND - O Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, sob a responsabilidade do MEC. Nesse caso, em Pernambuco houve a participação e colaboração de antropólogos/as nas discussões sobre a organização do curso e também para ministrar aulas. Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE conta com um estudo de doutorado sobre os protagonismos indígenas na educação superior, o qual identificou que anteriormente ao PROLIND essa população frequentava os cursos de Licenciaturas nas Autarquias municipais de formação de professores, um fenômeno que ainda ocorre. E também buscam os cursos de Licenciaturas nos Institutos Federais de Educação e Tecnologia - IFPE e IF/Sertão-PE. Palavras-

chave: Povos indígenas; formação de professores; educação superior.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

